



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/COSAD/SEAAC

Apresentamos, a seguir, os esclarecimentos de ordem administrativa, considerando as ponderações e os questionamentos efetuados pelas impugnantes. **Na oportunidade, informo que os demais esclarecimentos estão sendo analisados pelo setor técnico e serão respondidos em momento oportuno.**

ESCLARECIMENTO Nº 1 CLARO (DOC. Nº 1207509)

O prazo previsto para o início da prestação dos serviços foi o mesmo estabelecido no último edital que deu origem à atual contratação dos serviços de telefonia fixa. Naquela ocasião, não houve qualquer questionamento das operadoras com relação ao prazo ali estipulado. Vale ressaltar que o prazo de 60 (sessenta) dias, previsto no subitem 4.3 do Termo de Referência anexo ao presente Edital, somente começará a contar a partir do recebimento da ordem de serviço a ser emitida pela fiscalização do ajuste, o que deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após o recebimento da via do contrato pela empresa. Ou seja, na prática a Contratada já terá um prazo máximo de até 75 (setenta e cinco) dias para o início da execução dos serviços, o que convenhamos é mais do que suficiente. Diante do exposto, opinamos pelo não deferimento do quanto pleiteado pela licitante no tocante a esta questão.

Com relação ao prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, previsto para a ativação e desativação do serviço de discagem direta gratuita (0800), entendemos, salvo melhor juízo, que a sua manutenção é necessária. Ora, o Tribunal necessita de soluções imediatas para o atendimento das demandas eventuais, urgentes e excepcionais previstas no período eleitoral, as quais exigem um atendimento célere e diferenciado. Portanto, as licitantes que quiserem participar do certame deverão se submeter às condições que se adequem às necessidades do Contratante. Ademais, a demora da ativação do 0800 poderá comprometer o atendimento biométrico, trazendo impactos negativos à imagem do Tribunal, além de prejuízos ao processo eleitoral. Diante do exposto, entendemos ser imprescindível a manutenção do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

ESCLARECIMENTO Nº 2 CLARO (DOC. Nº 1207511)

Informamos que será necessário apenas um único serviço de discagem direta gratuita (0800). Entretanto, por se tratar de um serviço eventual e temporário, necessário para atender às demandas das eleições e do cadastramento biométrico, existe a possibilidade de que o mesmo seja ativado e desativado com frequência durante determinados períodos. Sendo assim, esclarecemos que os quantitativos de assinatura e facilidade de rede inteligente, bem como os valores unitários, mensais e anuais previstos na planilha em apreço, correspondem tão somente a uma simples estimativa dos serviços durante toda a vigência da futura contratação. Ou seja, é correto o entendimento de que a quantidade de assinaturas deverá ser multiplicada pelo valor unitário e posteriormente pela quantidade de meses. **Contudo, vale ressaltar que a referida estimativa não constitui qualquer compromisso futuro por parte do Tribunal.**

ESCLARECIMENTO Nº 3 OI (DOC. Nº 1207515)

Esclarecemos que o prazo de 60 (sessenta) dias, previsto no subitem 4.3 do Termo de Referência anexo ao presente Edital, refere-se simplesmente ao início da execução dos serviços e somente começará a contar a partir do recebimento da ordem de serviço a ser emitida pela fiscalização do ajuste, o que deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após o recebimento da via do contrato pela empresa. Ou seja, na prática a futura Contratada terá um prazo máximo de até 75 (setenta e cinco) dias para iniciar a prestação dos serviços.

Já o serviço de discagem direta gratuita tem caráter eventual e deverá ser implementado para atender às demandas decorrentes do período eleitoral e do cadastramento biométrico. Portanto, a sua ativação e desativação ocorrerá ocasionalmente **e somente após iniciada a execução dos serviços de telefonia fixa**. Nesse caso específico, é que o prazo máximo será de 48 (quarenta e oito) horas.

Por fim, não vislumbramos a necessidade de elaboração de projeto específico para viabilizar a infraestrutura necessária à prestação do serviço, pois entendemos que essa responsabilidade é exclusivamente da Contratada.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Sampaio Lopes, Chefe de Seção**, em 18/08/2020, às 16:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1209265** e o código CRC **E75DCA14**.